

Rafael de Acypreste

Direito à Moradia e o Poder Judiciário

decisões que envolvem o MTST

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Sumário

Prefácio.....	1
Introdução.....	3
1 Organização das Cidades	13
1.1 Direito à cidade.....	13
1.2 O que é cidade.....	15
1.3 Transformações da cidade	17
1.4 Valor de uso e de troca na cidade.....	26
1.5 Desigualdade nas cidades	31
1.6 Movimentos sociais urbanos.....	37
1.7 Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	41
1.8 Poder Judiciário	45
1.9 Caminhos da Pesquisa	46
1.9.1 Pesquisa dos dados	47
1.9.2 Metodologia de análise	50
2 Direito Absoluto à Propriedade:	
Baliza Normativa dos Dados	55
2.1 Função Social da Propriedade	64
2.2 Posse	72
2.3 Direito à moradia	76
2.4 Estatuto da Cidade	80
2.5 Qual Direito?.....	82
2.5.1 Direito além das normas jurídicas estatais.....	84

2.5.2 Direito como processo	87
2.5.3 Direito e Antidireito.....	89
3 Análise dos Dados.....	95
3.1 Fundamentos da decisão.....	96
3.1.1 Proprietário	96
3.1.2 Título de propriedade	99
3.1.3 Uso da propriedade	100
3.1.4 Proteção normativa da propriedade	103
3.1.5 Direito à moradia “subordinado concessivo”	106
3.1.6 Função Social da Propriedade.....	108
3.1.7 Moradia como questão social.....	110
3.1.8 Análise da posse	111
3.1.9 Elementos factuais que demandam a reintegração	115
3.1.10 Literatura e jurisprudência	116
3.1.11 Avaliação dos argumentos do réu.....	118
3.2 Lei e Legislação	120
3.2.1 Cumprimento da lei.....	120
3.2.2 Citação de dispositivos legais.....	126
3.2.3 Legalidade do processo	128
3.2.4 Constatação do Esbulho	130
3.3 Decisão — exercício do Poder Judicial	132
3.3.1 Decisão propriamente dita.....	132
3.3.2 Consequências para o descumprimento	135
3.3.3 Flexibilização do cumprimento da decisão	137
3.3.4 Determinação de obrigações ao autor da ação.....	139

3.4 Questões processuais	140
3.4.1 Verdade dos fatos	140
3.4.2 Soluções alternativas ao conflito	142
3.4.3 Reprodução dos discursos das partes	143
3.5 Movimento Social	146
3.5.1 Avaliando o polo passivo	146
3.5.2 Avaliando a ação do MTST	148
3.6 Processo e questões externas ao Poder Judiciário	151
3.6.1 Função do Poder Judiciário	152
3.6.2 Questões a serem resolvidas pelo poder Executivo.....	153
3.6.3 Outros atores a intervir no cumprimento da decisão	155
3.7 Finalizando a análise	156
Considerações Finais	161
Referências	167
Anexo — Lista de Referências das Decisões	175